



Políticas e questões atuais: avanços e desafios para o Serviço Social

Monica de Jesus Cesar* 

A edição nº 53 da *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* tem como dossiê temático *Serviço Social, políticas e questões atuais*, congregando artigos que abordam aspectos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e pedagógicos do Serviço Social e tratam da sua articulação com as políticas, lutas e movimentos sociais, suscitando reflexões sobre os seus desafios no atual contexto brasileiro e latino-americano.

É fato que as políticas neoliberais, como respostas à crise do capital, incidiram contra as regulamentações e os controles postos à exploração capitalista, que haviam sido conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras através de suas lutas. A ofensiva neoliberal desencadeou um conjunto de contrarreformas em vários países e regiões do mundo, conjugadas à expansão de formas financeirizadas de capital fictício. No Brasil, a contrarreforma do Estado, em especial, redimensionou as relações público-privadas e alterou os modos de intervenção do Estado sobre as expressões da questão social, com a privatização de suas funções, em favor de seu encolhimento, principalmente na esfera das políticas sociais.

No Brasil, o ajuste estrutural permanente, a política ultraneoliberal e ultraconservadora e a redução da intervenção do Estado no campo social intensificaram as desigualdades em diferentes dimensões da vida social, aprofundando-as em suas clivagens de gênero, geração e etnia, articuladas ao caráter de classe e fortalecendo a misoginia, o etarismo, o racismo e desqualificando as experiências de organização popular e sindical. As desigualdades sociais foram aprofundadas, sobretudo, com a deterioração do mercado de trabalho, o desemprego e a precarização do trabalho e do emprego, diminuindo a renda familiar e a proteção dos trabalhadores. Tais disparidades foram barbaramente

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78937>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: CÉSAR, M. J. Políticas e questões atuais: avanços e desafios para o Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 10-18, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78937>



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

exacerbadas e mais evidenciadas ainda pela pandemia de *Coronavirus Disease* (Covid-19). Vários são os indicadores que demonstram o aumento da concentração da riqueza concomitante ao aumento da pobreza, com a elevação das taxas de mortalidade dos idosos e das camadas populacionais mais empobrecidas.

Na pandemia, as mulheres foram mais afetadas pela perda de emprego e renda e sofreram maior isolamento e exposição à violência doméstica. Os jovens de baixa escolaridade, especialmente, os afro-brasileiros e os residentes nas regiões mais pobres tiveram maior probabilidade de perder seus empregos. Somam-se a isso as altas taxas de pobreza entre os povos indígenas e quilombolas, e o agravamento da insegurança alimentar, com a fome assolando cada vez mais a população brasileira, principalmente as crianças. Além disso, pessoas pobres e negras são as mais atingidas pela desproteção social, sofrendo violências e opressões.

O aprofundamento da crise, antes e durante a pandemia, e os impactos destrutivos do desenvolvimento capitalista, portanto, colocam inúmeras ameaças à sobrevivência futura da humanidade e produzem um imenso retrocesso social e político com a emergência e fortalecimento de forças ultraneoliberais, associadas com o neoconservadorismo e o neofascismo, que espelham o pensamento antidemocrático contemporâneo. Tais forças tentam consolidar uma estrutura de dominação autocrática, mas vêm sendo combatidas pela luta e resistência das forças populares e progressistas em prol da retomada e defesa da democracia e da transformação social.

Este contexto é bastante desafiador para o Serviço Social e o coloca diante da necessidade de enfrentar uma série de questões. Trata-se de um contexto marcado por um conjunto de mudanças que vem repercutindo no Serviço Social, considerando, em particular, os seguintes aspectos: as renovadas expressões da questão social e as redefinições dos sistemas de proteção social, que surgem associados à regressão no campo dos direitos sociais e ao aprofundamento do processo de privatização da esfera pública.

Tais aspectos estão relacionados com a decrescente eficácia econômico-social do capital, que expressa a dinâmica crítica de sua reprodução, exigindo, cada vez mais, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos postos à voracidade de sua exploração pelas lutas da classe trabalhadora nos limites da democracia burguesa. A tentativa de reversão da inépcia capitalista, condensada nos processos de financeirização da economia, de reestruturação produtiva e na ascensão do neoliberalismo e suas contrarreformas, busca também transformar bens e serviços de consumo coletivo em novos nichos para a acumulação do capital e ampliar a apropriação do fundo público (BEHRING, 2021).

Frente à crise contemporânea da ordem do capital, busca-se a restauração do equilíbrio instável de seu processo de acumulação, por meio da reorganização das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção, quanto na das relações sociais (MOTA, 1995). Nesta última, a proposta neoliberal investe na

despolitização das relações sociais e na oposição a qualquer regulação política do mercado, configurando-se como “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 1993, p. 77).

Trata-se de erradicar os mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital e forjar condições propícias para direcionar a intervenção do Estado segundo os interesses das classes dominantes. No entanto, as exigências antidemocráticas postas pelo desenvolvimento atual da ordem do capital, sob o comando neoliberal, apontam para a barbarização da vida social em larga escala, trazendo prejuízos sem precedentes para a humanidade, com a descensão econômica de diversas regiões com o vertiginoso aumento da pobreza, a desagregação social de populações inteiras e a degradação do meio ambiente.

É importante frisar que esse movimento antidemocrático e contrarreformista, a despeito de agudizar a questão social e fragilizar a rede de proteção social constituída pela intervenção do Estado, encontrou o Serviço Social brasileiro dotado de um acervo teórico-metodológico bastante consistente. Esse acervo está sedimentado na interlocução com o marxismo e permite ao assistente social realizar uma análise crítica da realidade contemporânea e, com base nesta análise, criar estratégias capazes de fortalecer o conjunto das lutas voltadas para reverter a dinâmica que compele o movimento do capital à barbárie social. Sob este prisma, a interlocução com o marxismo foi basilar para o redirecionamento profissional, através da denominada perspectiva de *intenção de ruptura* com conservadorismo profissional, marcado por posições conservadoras e de adaptação passiva à realidade (NETTO, 1991).

Cabe sublinhar que, com a obra seminal de Yamamoto e Carvalho (1982), no início dos anos 1980, a teoria social de Marx passou a iluminar o significado sócio-histórico do Serviço Social, “dando sólida perspectiva para entender a profissão como totalidade social, dialeticamente situada nas contradições e mediações do ordenamento social”, rompendo com a concepção profissional voltada ao “ajustamento social de indivíduos e família com problemas sociais” (PONTES, 2023, p. 94). Com a adoção do marxismo como referência analítica, se tornou hegemônica, então, a abordagem do Serviço Social inserido na dinâmica das relações sociais de produção e partícipe do processo de reprodução dessas mesmas relações.

Este referencial cunhado nos anos 1980 avançou nos anos 1990 e imprimiu direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no Brasil. Passou, então, a permear: as orientações para a formação de assistentes sociais na sociedade brasileira, com o *Currículo de 1982* e as atuais *Diretrizes Curriculares* da Abepss; os eventos acadêmicos e os promovidos pela experiência associativa dos profissionais, como convenções, congressos, encontros e seminários; a regulamentação do exercício profissional e o Código de Ética.

Indubitavelmente, esse processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos para a profissão, a partir da tradição marxista, ocorre em um amplo debate em vários fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate amplo e plural, que implica a interlocução entre diferentes perspectivas teóricas, ideológicas e políticas, mas que supõe uma direção social hegemônica. Este debate se expressa na significativa produção acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro e na ampliação do seu processo de formação na graduação e na pós-graduação (YAZBEK, 2009).

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, é possível observar que o Serviço Social amadureceu e os assistentes sociais consolidaram a compreensão de sua condição de trabalhadores assalariados e, conseqüentemente, submetidos ao domínio e à exploração capitalista. Essa compreensão politizou o debate profissional e radicalizou o comprometimento com o projeto democrático-popular dos setores engajados na luta contra o autoritarismo, o recrudescimento da questão social e o aprofundamento das desigualdades sociais no país. Esse comprometimento expressou a renovação crítica das estruturas acadêmicas, profissionais, corporativas e organizativas da profissão, no sentido de aproximá-las das reais necessidades das parcelas majoritárias da população brasileira.

Esses avanços processados no Serviço Social, no entanto, se depararam com as condições políticas e econômicas que forjaram a grande ofensiva do capital no enfrentamento de suas crises. A reestruturação na esfera da produção, reatualizando os modos de organização e controle dos processos de produção para o aumento da exploração do trabalho, e os ajustes contrarreformistas no âmbito do Estado, extinguindo ganhos históricos da classe trabalhadora, assentaram um terreno fértil para a proliferação de um pensamento antidemocrático favorável ao capital e extremamente desfavorável à força de trabalho.

São difundidas ideologias reiteradoras do capitalismo como a única via para um tipo de desenvolvimento (in)sustentável, invadindo os campos acadêmico-intelectuais, afetando a pesquisa, a produção do conhecimento, as práticas, as relações de trabalho e pedagógicas, com forte incidência nos processos de formação profissional em todos os níveis. Trata-se do reforço a uma sociabilidade estruturada na competitividade, no individualismo, no pragmatismo, no produtivismo e no empreendedorismo que recobre todos os espaços institucionais e esferas do cotidiano. Tais ideias, necessárias à preservação das relações sociais de produção vigentes, são instadas à subjetividade dos sujeitos, frente ao aprofundamento da mercantilização da vida social.

Essas mudanças vêm repercutindo no trabalho dos assistentes sociais, que se veem diante de novas demandas, requisições e exigências, assim como se defrontam com profundas modificações no mercado de trabalho, afetando sua condição de trabalhadores(as)

assalariados(as), com a precarização das relações e condições de trabalho. Assim, o Serviço Social é novamente conclamado a intervir sobre as renovadas expressões da questão social, num contexto regressivo, em que o próprio assistente social vem sendo duramente afetado, tanto nos seus modos de intervenção quanto na sua inserção profissional nas organizações das esferas pública e privada.

As inflexões produzidas no campo da (des)proteção social, na atualidade, desafiam cada vez mais os assistentes sociais a reverem as estratégias profissionais construídas e a sintonizarem a organização da categoria, a formação e o exercício profissional no campo da resistência dos trabalhadores contra as opressões do capital. Convivendo cotidianamente com a pobreza exponenciada e com as várias nuances da expropriação, o assistente social trava um árduo embate: o de fortalecer o projeto ético-político na direção de uma sociabilidade oposta à capitalista, capaz de refundar a política como espaço de conquista e de universalização de direitos.

O Serviço Social é desafiado a manter a direção social estratégica, coletivamente construída e defendida pelas instituições organizativas da profissão (Abepss, Cfess/Cress, Enesso). E, sobre este alicerce, cabe à profissão produzir ideias que confrontem criticamente o pensamento antidemocrático, ultraconservador e neofascista, bem como desenvolver práticas capazes de oferecer respostas qualificadas e sintonizadas com os interesses e demandas dos sujeitos com os quais trabalha. Os profissionais têm diante de si a premente necessidade de avançar na pesquisa, para construir novos conhecimentos teóricos, metodológicos, técnicos, instrumentais e pedagógicos, e de consolidar seu protagonismo na disputa pelos projetos de sociedade, na perspectiva de construir a hegemonia de classe e a emancipação humana, rompendo os grilhões do capital.

Assim sendo, cumpre ao Serviço Social, como área de conhecimento e de intervenção profissional, adensar suas referências teórico-metodológicas e reciclar seus instrumentos de análise e de ação, com vistas a adequá-los às novas exigências de uma realidade complexa e mutante. É imperativo que os assistentes sociais, como profissionais e sujeitos de ação coletiva, repensem seu papel e a contribuição que podem dar à construção de um projeto político capaz de consolidar e ampliar as conquistas democráticas e os direitos.

Os desafios não são poucos, portanto. Nesse momento, em que se acirram as disputas em torno de diferentes projetos societários, é fundamental para o Serviço Social rever os caminhos percorridos, refletir sobre o tempo presente e traçar novas estratégias para o futuro, movido pela mesma *inspira-ação* que norteou o processo de renovação do Serviço Social, protagonizado por corações e mentes que construíram os pilares do projeto ético-político profissional. A direção social que norteia este projeto requer alianças com as forças sociais progressistas para intensificar as lutas e resistências, pois o seu legado continua *Em Pauta*.

Nesta linha de pensamento, convidamos intelectuais, pesquisadores, docentes e estudantes a socializarem os resultados de suas pesquisas, análises e avaliações, trazendo à baila reflexões fecundas sobre as questões que integram esse dossiê temático. E nosso convite foi acolhido por vários colaboradores que enviaram as suas contribuições, apresentadas a seguir.

O *dossiê temático* desta edição da *Em Pauta* é aberto pelo artigo, elaborado por Carina Moljo, José Fernando Siqueira da Silva e Silvia Fernández Soto, no qual abordam o contexto latino-americano mediante a crise do capital, tendo em vista o avanço da ofensiva neoliberal com a retração da intervenção do Estado, o corte de direitos e a ampliação das práticas punitivas que incidem sobre os(as) trabalhadores(as). O texto procura debater, neste cenário regressivo, as formas de enfrentamento das diversas expressões contemporâneas da questão social e o sentido socioeducativo do Serviço Social numa perspectiva crítico-dialética.

O primeiro bloco do dossiê é composto por quatro artigos que abordam o Serviço Social, enfocando o projeto ético-político e o exercício profissional, problematizando suas vinculações com a história dos sujeitos e as lutas sociais. O primeiro deles, elaborado por Adrianycé Angélica Silva de Sousa, analisa os fundamentos ideopolíticos e teórico-metodológicos que sustentaram a constituição histórica da cultura profissional renovada, expressos no projeto ético-político profissional, destacando a chamada “estratégia democrático-popular” e suas repercussões na profissão. No segundo artigo, Rosana Mirales expõe os resultados da pesquisa realizada junto ao Cress-PR com base nos processos de denúncia de infração ética do período de 2013 a 2018, e propõe o exercício da reflexão ética no Serviço Social para além de sua dimensão normativa. O terceiro artigo, de Dayana Christina Ramos de Souza Juliano, aborda as lutas negras no Brasil, enfatizando o colonialismo e o racismo como elementos constituintes da formação sócio-histórica brasileira e problematizando as questões étnico-raciais no Serviço Social. E o quarto artigo, de Amanda dos Santos Lemos, discorre sobre a situação de (ex)trabalhadoras domésticas negras, a partir da experiência profissional no processo de institucionalização de pessoas idosas, sinalizando que o envelhecimento está associado à condição de classe, aos valores dos sujeitos e às suas trajetórias de vida.

O segundo bloco do dossiê congrega artigos que analisam vários aspectos das políticas sociais, em particular, a previdência social, a assistência social, a saúde e a educação, com ênfase nos impactos negativos que as concepções e práticas neoliberais e suas contrarreformas produzem sobre elas. O artigo elaborado por André Menezes Gonçalves, Ana Isabel Souto Melo, Lilian Nascimento Carvalho e Maria Raisia Gomes da Silva versa sobre a contrarreforma da previdência social empreendida pelo governo Bolsonaro e seus efeitos regressivos sobre os direitos dos professores, tendo em vista que estes sofreram a redução do valor dos benefícios e passaram a cumprir mais exigências para acessar a cobertura previdenciária. O artigo de Alexandre Aranha Arbia discute o direito à moradia, com base numa pesquisa dos processos ativos na Secretaria Municipal de Assistência Social do mu-

nicípio de Juiz de Fora, explicitando que o perfil dos beneficiários do Programa Especial de Auxílio Moradia analisado mostra que estes integram as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora que sofrem as consequências da espoliação urbana.

O artigo escrito por Priscila Coelho Rabelo Machado e Fabiana Rosa Neves Smiderle descreve a suplementação alimentar mais adequada à gestante, destacando que, no Brasil, a maioria delas tem um padrão nutricional aquém do necessário e que a alimentação de baixo valor nutricional está relacionada a fatores socioeconômicos e debilidades da assistência prestada pelos serviços de saúde. Finalizando o dossiê temático, o artigo de Sabrina Pereira Paiva e Elaine Reis Brandão analisa as políticas sexuais do governo Bolsonaro, com o foco na política de educação em sexualidade, especialmente, a prevenção da gravidez na adolescência. Demonstra que o mote da preservação sexual revela uma perspectiva ultra(neo)liberal, familista, teocrática e conservadora, que despolitiza o debate sobre os condicionantes implicados na gestação na adolescência e desconsidera as violências que atravessam a juventude no país.

A seção tema livre da edição nº 53 da *Em Pauta* é composta por três artigos. Dois deles são oriundos de Portugal e versam sobre questões que perpassam o trabalho na atualidade. O primeiro, elaborado por Marta Gorete Ornelas, Fátima Regina Ney Matos e Rafael Fernandes de Mesquita discorre sobre os impactos da precariedade do emprego e das relações de trabalho nas subjetividades e narrativas pessoais e profissionais das trabalhadoras portuguesas. O segundo artigo, produzido por Roberto Della Santa Barros, apresenta os resultados de uma pesquisa-ação realizada junto ao Inquérito às Condições de Vida e Trabalho do Pessoal de Voo e Cabine, indicando que além dos riscos e agravos a que estão submetidos(as) estes(as) trabalhadores(as), há uma organização do trabalho inflexionada por sucessivas reconversões que vêm sendo empreendidas no setor da aviação civil comercial. O último artigo, de Tiago Siqueira Reis, analisa a trajetória política e institucional da Fiocruz entre os anos de 1988 e 2003, ocasião em que foi discutida internamente a elaboração do novo estatuto social, com a definição do novo modelo jurídico e gerencial que, no contexto da contrarreforma do Estado, culminou na criação da fundação de apoio privado.

A entrevista desta edição foi realizada com a renomada professora doutora Raquel Raichelis, que, ao responder às questões formuladas, problematizou os desdobramentos das transformações societárias e no mundo do trabalho sobre o exercício profissional dos(as) assistentes sociais. Analisou os impactos negativos produzidos no contexto pandêmico e pós-pandêmico da Covid-19, principalmente com a aceleração da difusão e uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), concomitante ao aprofundamento da precarização das relações e condições de trabalho e dos agravos e riscos à saúde. Raquel abordou as mudanças operadas não só no trabalho, mas na vida social como um todo, que exigem dos(as) assistentes sociais o fortalecimento do compromisso profissional com a democracia e a justiça social.

As resenhas elaboradas para essa edição nos brindam com um conteúdo extremamente relevante para o Serviço Social brasileiro, seja tocando nos fundamentos de sua perspectiva teórico-metodológica hegemônica, seja reconstituindo elementos da sua história. A primeira foi elaborada pela ilustre professora doutora Marilda Villela Iamamoto, que discorre sobre a primeira tradução brasileira diretamente do original em alemão do célebre *Capítulo VI do Livro I de O capital* de Karl Marx, publicada pela Boitempo Editorial no ano corrente. Esta obra contém algumas das principais argumentações feitas por Marx em *O capital* e, por ter sido elaborada no ápice do seu desenvolvimento intelectual, oferece aos leitores uma visão aguçada sobre os eixos principais de suas formulações. A segunda foi talhada pela professora doutora Débora Holanda Leite Menezes sobre o livro *Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil*, de Charles Toniolo. Esta produção situa o Serviço Social no contexto sócio-histórico de aprofundamento do capitalismo no país, que envolveu os processos regulatórios das relações de trabalho e engendrou a regulamentação das profissões em geral, problematizando o estatuto jurídico de “profissão liberal” alçado pelo Serviço Social, no âmbito da generalização do trabalho assalariado e suas contradições.

A homenagem preparada para esta edição é muito especial, pois enaltece a trajetória de nossa inesquecível professora Rose Mary de Sousa Serra que, por mais de 40 anos, desenvolveu um trabalho qualificado na Faculdade de Serviço Social da Uerj, em outras unidades acadêmicas e instituições onde atuou como docente e assistente social, sendo reconhecida por sua competência e, também, por sua combatividade na militância política. Rose Serra, como gosta de ser chamada, é presença marcante em momentos históricos importantes do Serviço Social brasileiro, tendo contribuído de modo expressivo para sedimentar a direção social hegemônica, que fundamenta o projeto profissional e norteia a organização da categoria, a formação acadêmica e o exercício profissional. Suas contribuições, somadas a de tantas outras bravas profissionais e intelectuais, portanto, edificaram uma cultura profissional atrelada à defesa dos direitos, da cidadania e democracia, e vislumbram a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, opressão e exploração.

Fechando esta edição, a seção Mostra Fotográfica apresenta o belo trabalho da fotógrafa e assistente social Simone Brandão, que expressa, de maneira singular, a relação simbólica entre as pessoas; os objetos e os lugares; entre o social e o político; e os conflitos e as forças presentes na sociedade. A partir das imagens capturadas por sua lente, é possível prospectar no espaço e no tempo o objeto retratado, fazendo sobressair a presença social e histórica de sua humanidade.

Por fim, esperamos que os leitores aproveitem o conteúdo desta edição e sejam incitados em suas reflexões pelas análises críticas aqui pautadas. Boa leitura!

Referências

- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- PONTES, R. N. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 21, n. 52, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75917/46365>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.